

O TRABALHADOR

SEMANÁRIO DO POVO

RESPEITAI A INTELIGÊNCIA

O acesso à cultura é um dos deveres fundamentais de todo o homem.

Brilha com efeito em cada um de nós uma luz misteriosa que nos distingue dos outros animais, e abrindo-nos as trevas do caminho, nos arrasta para o infinito donde essa luz partiu. A inteligência é a nossa maior glória, porque sendo nós matéria, por ela nos ligamos, de direito próprio, ao mundo espiritual. «Anjo e besta», na frase realista de Pascal, o homem tem o seu destino definido na busca ascensional da Verdade, objecto apaixonante de toda a Inteligência.

A lei do aperfeiçoamento humano é, portanto, a «desbestialização» do homem. A cultura e a ciência são linhas do progresso, e aquele que voluntariamente renuncia à cultura, renuncia à sua dignidade humana e diminui, por isso mesmo, a humanidade inteira.

O acesso à cultura é, portanto, um dever imposto pela própria natureza humana, dever a que ninguém se pode esquivar sem crime de lesa-humanidade.

Assumem, porém, gravidade especial os atentados contra a inteligência, tão facilmente cometidos por quantos fazem monopólio da cultura ou da ciência ou a pretendem abafar sobre pretextos vãos. A inteligência vingam-se sempre de quantos a ofendem, porque, ofendendo-a, é a própria natureza humana que maculam. E contra a natureza é loucura batalhar.

Não desrespeiteis nunca a inteligência, prezados camaradas! Venerai-a como parcela que é da luz divina. Estimai-a como o dom mais precioso que cada um de nós possui. Valorizai-a em vós e nos outros, respeitando sempre nela a Verdade que procura.

E ascendei à cultura, repellido sempre como homens maus que são, aqueles que ofenderem, diante de vós, a inteligência e a cultura.

Depois que o glorioso Pontífice Pio XI — cuja memória perdura no coração de todos quantos se interessaram em abrir o caminho da paz social — escreveu na encíclica *Quadragesimo Anno*, que o contrato de salário deveria ser atenuado por certos elementos tirados do contrato de sociedade, por todo o mundo, cristãos e mesmo não cristãos, deram-se à tarefa de estudar como isso se poderia realizar, em teoria e na prática.

Juristas, políticos, economistas, organizações patronais e operárias, sobretudo durante a guerra, deram as mãos, numa interessante colaboração intelectual, em busca das fórmulas modernas que realizassem, dadas as condições actuais do mundo, a reforma das empresas, de forma a chegar-se à realização da justiça social.

É claro que os partidos comunistas deixaram de se interessar por estas questões, pois o seu ideal é a ditadura do proletariado que não pode nunca realizar a justiça pela qual nos devemos bater.

Todas as outras correntes, porém, incluindo as organizações patronais, de quase todos os países, com mais ou menos entusiasmo começaram a fazer os seus estudos nesse sentido e já se vai chegando, felizmente, a conclusões de ordem prática extremamente interessantes.

Uma delas é o acordo realizado em Fevereiro deste ano, na Bélgica, entre a Federação dos Patrões Católicos e os Sindicatos Cristãos.

Depois da reunião havida em 3 de Fevereiro, que, segundo informa o Boletim Sindical respectivo, correu num ambiente de mútua compreensão, foi publicado o seguinte texto:

Preâmbulo

A Federação dos Patrões Católicos da Bélgica e a Confederação dos Sindicatos Cristãos querem temperar o contrato de aluguer de serviços por elementos tirados do contrato de so-

A FEDERAÇÃO DOS PATRÕES CATÓLICOS DA BÉLGICA E A CONFEDERAÇÃO DOS SINDICATOS CRISTÃOS CHEGARAM A ACORDO SOBRE OS PRIMEIROS PASSOS PARA A REFORMA DE ESTRUTURA

cidade, de maneira a assegurar, especialmente, a participação progressiva dos trabalhadores na gerência das empresas. Dizem que as reformas de estrutura em curso devem tender para este fim.

Acordo

A Federação dos Patrões Católicos e a Confederação dos Sindicatos Cristãos, desejosas de contribuir em comum na elaboração das reformas de estrutura, chegaram a acordo para propor o seguinte:

1.º — Serão instituídos Conselhos de Empresa em todas as empresas com um mínimo de 50 trabalhadores. Este número pode ser reduzido sob proposta da Comissão Paritária competente.

Em todas as empresas em que se tornar obrigatório um Conselho de Empresa, o chefe da empresa deverá comunicar ao referido Conselho infor-

mações sobre a produtividade da empresa.

2.º — Os chefes de empresa darão aos Conselhos de Empresa informações de ordem económica nas empresas que tenham mais de 500 operários ou que tenham um capital superior a 10 milhões de francos. Estes critérios podem ser modificados sob proposta do Conselho Económico da Profissão.

3.º — As informações a que se refere o n.º 2.º serão determinadas, no que se refere à sua natureza e amplitude, pelo Conselho Económico da Profissão. Em todo o caso devem permitir aos trabalhadores seguir a marcha geral da empresa, sem contudo expor a empresa a indescições ou a uma concorrência desleal.

4.º — Quando o Conselho da Empresa comporte mais de 5 membros delegados do pessoal, o chefe da empresa fica com a faculdade de não fornecer os elementos a que se refe-

rem os números 2 e 3, senão a uma delegação de um máximo de 5 membros, designados por eles mesmos, entre os membros que representam o pessoal no dito Conselho.

5.º — Em caso de contestação das informações fornecidas, o «controle» será feito por Inspectores designados pelo Secretariado do Conselho Económico de Profissão.

Feito em Bruxelas, a 3 de Fevereiro de 1948.

Este acordo tem sido objecto de grandes comentários na imprensa de todas as cores daquela simpática Nação. O Partido Social Cristão que, como se sabe, governa o país conjuntamente com os socialistas, apresentou ao Parlamento uma Proposta de Lei no mesmo sentido. Essa proposta acaba de ser modificada, no que se refere aos Conselhos de Empresa, pelo Acordo acima transcrito, que dá um aspecto novo à questão.

O mais interessante de tudo é verificar como os Patrões se interessam por estes problemas da hora actual, e como vão tomando, eles próprios, a iniciativa das reformas propostas, convencidos que daí advêm vantagens para todos, incluindo o próprio capital — segundo eles mesmos afirmam.

Realmente, é este o melhor, se não o único caminho da Paz Social.

TAVOLAGEM

Anda o jornal «O Século» empenhado numa grande campanha contra o jogo, a demonstrar os seus efeitos desastrosos, a pugnar por uma regulamentação mais rigorosa das casas que o exploram e pelo rigoroso cum-

primento dessa mesma regulamentação.

Não podemos deixar de aplaudir essa campanha e fazer coro com o importante jornal, neste assunto de tão grande importância.

As declarações que a seguir transcrevermos seriam razão suficiente para convencer da gravidade deste problema, aqueles que não queriam ver nos artigos publicados em «O Século» mais do que um ataque aos interesses de Sintra, ou da empresa do Casino dessa magnífica estância de turismo.

Pode afirmar-se que 70 a 80 por cento dos que cometem em Lisboa desfalques, falsificações, burlas e abusos de confiança têm passado pelas casas de jogo. — Escreveu-se no jornal que citámos:

O problema do jogo divide-se em duas classes. A dos que podem jogar e a dos que não podem jogar e jogam. Para os primeiros, não me repugna que haja jogo e que possam jogar. São senhores do seu dinheiro, podem gastá-lo como entenderem. Mas para os segundos, entendo que deviam tomar-se todas as providências para evitar que joguem. Ora são precisamente estes os que não podem jogar, mas que jogam, que constituem o caudal das vítimas desse terrível vício. Uns, por desmedida ambição; outros, por louca intenção de encobrirem uma falta que mais se agrava, encontram no jogo a perda de uma situação, a perda da liberdade e da dignidade e, por vezes, até a perda da própria vida.

Ainda recentemente — foi descoberto um desfalque na agência da Empresa Insulana de Navegação. Quando o empregado em falta soube que a Polícia estava no conhecimento do desfalque, suicidou-se. Onde foi gasto o dinheiro do desfalque, que se eleva a mais de 3 mil contos? No Estoril. Sim, à parte umas dezenas de contos gastos em extravagâncias, o grosso desta quantia desapareceu no pano verde do Estoril.

Posso afirmar categoricamente que

70 a 80 por cento dos que prestam contas daqueles actos criminosos passaram pelo Estoril!...

A minha referência só ao Estoril é devida ao facto de ser a zona compreendida dentro da alçada da Polícia de Lisboa. Nas outras zonas sucederá o mesmo.

Como se vê, a entidade que fez ao «Século» as declarações transcritas não é contra a existência do jogo para aqueles que podem jogar. Nós também não. Aqueles que por mercê de elevadíssimas fortunas têm rendimentos que lhes permitam deitar fora milhares de contos, que o façam. Talvez mesmo isso seja útil, porque tal dinheiro poderá ser melhor aproveitado por outros possuidores.

O que nos preocupa e preocupa a própria Justiça, é a situação daqueles para quem o jogo representa uma tentação e uma ocasião sempre próxima para os mais graves crimes. Para defesa desses e defesa da sociedade constantemente prejudicada com os desmandos que praticam, é que se impõe a regulamentação mais apertada e a fiscalização constante e suficiente para prevenir a maior parte dos casos que hoje se tornam trágicos.

Sobre o mesmo assunto continuamos a transcrever de «O Século» outras declarações:

Este estado de coisas acabará quando se mantiver, no Estoril e em todas as outras zonas onde se joga, uma aturada e eficiente fiscalização. Não basta proibir a entrada a funcionários públicos, nessas casas; é necessário evitar que ali entrem aqueles que não podem jogar. O caso que há pouco lhe referi, do homem que se suicidou após ter perdido milhares de contos ter-se-ia evitado se ali houvesse uma aturada fiscalização. Faço esta afirmativa porque, tendo chamado ao meu gabinete dois empregados do jogo do Estoril, aos quais interroguei sobre este caso, eles me disseram: Estranhávamos o dinheiro que ele gastava. Era preciso ser muito rico!

(Continua na 5.ª página)



A felicidade dos lares bem merece a união de esforços de quantos podem contribuir para ela: industriais, operários, homens públicos, forças morais

ESTE JORNAL
FOI COMPOSTO
E IMPRESSO NA
GRÁFICA BOA
NOVA, LDA.
L I S B O A

ELEIÇÕES SINDICAIS

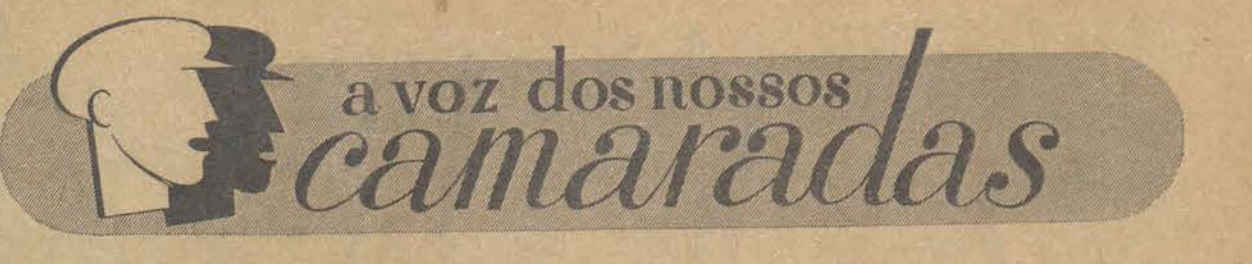
No passado domingo 29 p. p. tiveram lugar as eleições em vários sindicatos operários. De entre eles no dos pintores da construção civil do Distrito de Lisboa.

supressão de certas regalias da liberdade de critica, disse que o progresso dos Estados Unidos e a solução de muitos dos seus problemas se devem, precisamente, àquela.

dos, presente em todas as almas, em todos os lares. Sou jovem, quase uma criança, mas como são para mim convoques as lágrimas das crianças inocentes, que pedem pão, e como a minha alma se sente feliz, alegre, como tudo me sorri, quando, num papaguear que não entendo, uma criança me estende os braços por entre requintadas garruchadas, que soam a Aletusa!

O PROBLEMA DA IMPRENSA (II)
Antes de procurarmos ir mais adiante e examinar qual seja a missão da Imprensa, parece-nos útil determo-nos algum tempo sobre uma situação temporária em que aparece com certo relevo a posição da Imprensa num país. Trata-se de um episódio do último conflito, pouco conhecido em Portugal, mas digno de ser analisado em pormenor: a organização da censura à Imprensa, na Inglaterra durante a segunda guerra mundial.

Boletim Mundial
A Lição do Mahatma
gládios com que abriam sanquentos caminhos de ideias, ou com que tentaram domar e dominar a justiça dos povos em que puseram suas ambições!



aos senhores industriais que reflectam as observações deste chefe de família e que façam o possível para evitar os males morais deste trabalho nocturno. De uma regalia industrial também recebemos a seguinte carta:

UM ALVITRE PARA OS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO

De um escriturário de Lisboa, recentemente, a propósito do nosso artigo sobre a ginástica que se impunha a todos os empregados de escritório, um artigo que teve de merecer a honra da primeira página — as reflexões e alvítre que se vi ler:

DA EDUCAÇÃO «SER BOM PARA FAZER BEM»

Em boa hora se escreveu um dia que a maior desgraça de um povo é não receber a educação que merece. E de todos os problemas que absolutamente prendem e cativam pelo interesse que despertam em todos os animos, sem os exacerbarem, e sem melindrar, tocando outros pontos facilmente mais vulneráveis, como política e religião, é a educação o de simpatia mais geral.

RECANTO LITERÁRIO A MISSAO CRÍTICA

Já adurtres dissemos, e não se nos tolhe a vontade de o repetir por ser acto de merecida justiça, que o Sr. Álvaro Luis, o conhecido e apreciado crítico de Arte brasileiro, tem páginas de observação e de estudo tão proveitosas, como raras são as que hoje se podem lograr na inundação literária que afoga o mundo mais que as preocupações da guerra ou da vida económica.

OS GRANDES PREÇOS, A OFERTA, A PROCURA E A SUA INFLUÊNCIA MÚTUA

Depois de sabermos o que é o preço, o que são os mercados e o que é a oferta e a procura, vamos estudar agora qual a influência dos preços sobre a oferta e a procura e vice-versa.

CONSULTAS

P. — Há dois anos trabalhei várias vezes no domínio, mas o domínio combinou comigo pagar-me em férias em vez de ser em dinheiro. E cumpro. Mas agora recusa-se a acrescentar o meu período de férias com um número de dias igual aos domingos em que trabalhei. Não terei meio de o obrigar a cumprir o combinado?

OS GRANDES PREÇOS, A OFERTA, A PROCURA E A SUA INFLUÊNCIA MÚTUA

P. — Peço o favor de me informar qual o número e data do decreto pelo qual não podem ser adjudicados ser prejudicados pelo cumprimento do serviço militar obrigatório e também se há alguma lei que estabeleça o tempo de serviço militar obrigatório deve ser contado para promoções como de serviço na Empresa.

P. — O diploma regulativo é a lei 1952 (artigo 18.º) e o Estatuto do Trabalho Nacional (artigo 29.º).

APRENDA OS PREÇOS E A SUA INFLUÊNCIA MÚTUA

Os preços, a oferta, a procura e a sua influência mútua
Por ABEL VARZIM
Preços e restringe-se com a subida. É claro que, quando dizemos: em razão directa ou inversa, não queremos dizer proporcionalmente.

OS GRANDES PREÇOS, A OFERTA, A PROCURA E A SUA INFLUÊNCIA MÚTUA

Tem causado grande e justificado alarme em todo o mundo (não comunista, é claro), os últimos acontecimentos da Checoslováquia. Para quem desconhece a mentalidade comunista, é possível que tenham causado surpresa os métodos empregados para se atingir os fins em vista. Desde que Maquiavel se tornou célebre pelo seu espírito utilitarista, muitas foram as correntes políticas que afirmaram o princípio de que os fins justificam os meios, quer dizer, o princípio de que tudo é lícito desde que seja útil para os fins que se têm em vista.

